



Jornal do Simesp

Nº 16 • Publicação mensal do SIMESP Sindicato dos Médicos de São Paulo • Setembro | 2016

Pág. 3

Simesp entra na Justiça por reajuste dos médicos

Sindhosfil falta na primeira mesa de negociação da campanha salarial. Simesp considera ausência rompimento unilateral do sindicato patronal que representa as OSs e filantrópicas



Pág. 4

Sem diálogo

Médicos da Ebserh (Hospital-Escola UFSCar) reclamam que convenção coletiva de trabalho não foi discutida. Simesp vai intermediar negociações com a gestora

Pág. 4

Precarização

Em Guarulhos, condições precárias e sobrecarga de trabalho preocupam profissionais da UPA São João e dos Pronto-Atendimentos Maria Dirce e Paraíso, geridos pela Fundação ABC

Pág. 5

Protestos

Recém-criada e composta por mais de 30 entidades, Frente em Defesa do SUS promove ações para denunciar a PEC 241, que congela gastos com saúde e educação

Não admitiremos retrocessos

Diretoria do Simesp

O Brasil está passando por um momento de crise política e econômica que tem impactado no financiamento da saúde pública e privada. A diminuição do número de empregos formais tem feito com que milhões de brasileiros percam o acesso à saúde suplementar, migrando para Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse contexto de aumento da demanda da saúde pública, existe uma tentativa absurda de diminuição do financiamento do setor. A crise que estamos vivendo pode se perpetuar e até se agravar nos próximos 20 anos. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, do governo Michel Temer, congela por duas décadas os gastos sociais, incluindo a saúde.

Se hoje vivemos uma situação de absoluta insuficiência de recursos, com instituições reduzindo o número de médicos por meio de demissões e precarização de contratos; se hoje as emergências estão superlotadas, com leitos bloqueados em hospitais, imagine a situação que encontraremos daqui a alguns anos com o orçamento estagnado.

Para enfrentar essa agenda de desmonte, o Simesp e diversas entidades da sociedade civil

lançaram a Frente em Defesa do SUS. Somos a favor de revisões no SUS: por mais financiamento, política de recursos humanos e qualificação da gestão. Não admitiremos qualquer retrocesso.

Não admitiremos que os custos desse difícil momento sejam cobrados do trabalhador. Estamos passando por momentos difíceis de negociação das campanhas salariais. Alguns sindicatos patronais têm mantido a postura de negar o mínimo: a reposição das perdas inflacionárias. Há também aqueles que sequer aceitam conversar, caso do Sindhosfil, que representa as organizações sociais e filantrópicas.

A ausência do Sindhosfil nos espaços de negociação foi entendida pela diretoria do Simesp como uma recusa ao diálogo. Por isso, com a aprovação dos médicos em assembleia, decidimos ingressar com ação de dissídio coletivo na Justiça.

Apesar das adversidades, neste mês de outubro, quando comemoramos o Dia do Médico, 18, celebraremos a nossa profissão, reafirmando nossa posição de defesa dos interesses da categoria e da saúde pública de qualidade. Contamos com os médicos de São Paulo nessa jornada.



“Vamos distribuir panfletos para alertar a população sobre as ameaças do fim das vinculações de recursos para a saúde pública. Na sequência, seguiremos para o ato na Avenida Paulista”

Gerson Salvador, secretário de Comunicação e Imprensa do Simesp, sobre Dia Nacional de Paralisação e Mobilização 22 de setembro – Rede Brasil Atual

“Essa é uma pauta histórica do movimento da saúde de que 10% das receitas correntes da União sejam gastos com saúde, mas infelizmente ainda não conseguimos.”

Gerson Salvador, secretário de Comunicação e Imprensa do Simesp, sobre ato em defesa do SUS na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo 22 de setembro - TVT

“Novos serviços demandam mais recursos de custeio, num momento financeiro difícil. É preciso ter foco, investir na atenção primária, capaz de resolver até 80% das demandas dos pacientes.”

Eder Gatti, presidente do Simesp, sobre fila de espera da saúde 11 de setembro - O Estado de S.Paulo



SIMESP
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

DIRETORIA

Presidente
Eder Gatti Fernandes
relacionamento@simesp.org.br

SECRETARIAS

Geral
Denize Ornelas P. S. de Oliveira
Comunicação e Imprensa
Gerson Salvador
Administração
Ederli M. A. Grimaldi de Carvalho
Finanças
Juliana Salles de Carvalho
Assuntos Jurídicos
Gerson Mazzucato
Formação Sindical e Sindicalização
Marly A. L. Alonso Mazzucato
Relações do Trabalho
José Erivalder Guimarães de Oliveira
Relações Sindicais e Associativas
Otelo Chino Júnior

EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP

Diretor
Gerson Salvador
Editora-chefe e redação
Ivone Silva
Reportagem e revisão
Leonardo Gomes Nogueira
Nádia Machado
Fotos
Osmar Bustos
Relações-Públicas
Juliana Carla Ponceano Moreira
Ilustração
Célio Luigi
Redação e administração
Rua Maria Paula, 78, 3º andar
01319-000 – SP – Fone: (11) 3292-9147

imprensa@simesp.org.br
www.simesp.org.br

PROJETO GRÁFICO

Med Idea - Design para médicos
Oscar Freire, 2189, Pinheiros
São Paulo/SP 05409-011
Fone: (11) 99897-8787
contato@medidea.com.br
www.medidea.com.br
Editor de Arte e diagramação
Igor Bittencourt

Tiragem: 14 mil exemplares
Circulação: Estado de São Paulo

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

A versão digital desta publicação está disponível no site do Simesp. Caso não queira receber a edição impressa, basta mandar e-mail para relacionamento@simesp.org.br

Sem negociação, Simesp vai à Justiça

Em campanha salarial, médicos reivindicam correção de 15% e piso de R\$ 13 mil para jornada de 20 horas semanais. Sinamge e Sindclor, também em campanha, voltam atrás e reduzem índice de 9,62% (INPC) para 8%

Ivone Silva

Com 25 mil postos de trabalho e em plena campanha salarial, o Sindhosfil-SP simplesmente faltou na primeira mesa de negociação com o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) no Ministério do Trabalho e Emprego, agendada para 23 de agosto. Nessa reunião seria discutida a pauta de reivindicações do setor. O Simesp considerou o fato como um rompimento unilateral por parte do sindicato patronal.

Em assembleia no dia 5 de setembro, os médicos avaliaram a situação e deliberaram pelo processo de dissídio coletivo de natureza econômica. “O dissídio tem a finalidade de solucionar impasses. O Simesp entrou com processo, agora é preciso aguardar a Justiça do Trabalho decidir quais serão os direitos da categoria”, explica o coordenador do departamento Jurídico do Simesp, José Carlos Callegari.

Para o presidente do Simesp, Eder Gatti, trata-se de uma estratégia usada pelo Sindhosfil. “Todos os anos eles ficam empurrando a negociação para ganhar tempo. Desta vez, a categoria já deixou claro que não vai tolerar”, avisa.

O Sindhosfil é o Sindicato patronal com maior número de vínculos empregatícios com



o qual o Simesp mantém negociação. “As filantrópicas e organizações sociais são prestadoras de serviços do Sistema Único de Saúde. Então, se há um subfinanciamento, eles que briguem com os gestores públicos por melhores contratos — não é justo penalizar o trabalhador promovendo achatamento salarial. Vamos defender os postos de trabalho. Exigimos respeito às cláusulas sociais e econômicas reivindicadas”, diz Gatti.

São contemplados nessa negociação os médicos com vínculo empregatício com o setor privado (que trabalham para filantrópicas e organizações sociais). A Campanha Salarial 2016 teve início com assembleia realizada no dia 13 de junho, na sede do Simesp, quando a categoria avaliou e aprovou a pauta de reivindicações. Os médicos exigem correção salarial de 15% e piso de R\$ 13 mil para jornada de 20 horas semanais.

Neste ano, diversas cláusulas foram incluídas na pauta de reivindicações, como a licença-paternidade de 20 dias consecutivos após o nascimen-

to de filho; estabilidade para os médicos designados como delegados sindicais nos termos do estatuto social do Simesp; indenização adicional de 15 dias para o médico demitido sem justa causa que tenha, no mínimo, 50 anos de idade e um ano de serviço na empresa.

A categoria também reivindica multa de 10% sobre o salário do trabalhador (até o limite de 90 dias) para o empregador que atrasar a homologação das rescisões contratuais (devem ser realizadas em até 30 dias após a demissão) e o Foro Conciliatório, uma instância de solução de conflitos coletivos trabalhistas entre o Simesp e os sindicatos patronais, com objetivo de tentar resolver as divergências entre as empresas e seus médicos.

Fracionamento

Há anos o Sindhosfil-SP tem agido na contramão dos interesses de seus trabalhadores. Em 2014, na Campanha Salarial, o Simesp conseguiu acabar com a prática de fracionamento do reajuste imposta por longo período por aquele representante

patronal. Estudo realizado pelo Simesp naquele ano revelou que com a prática de fracionamento, os médicos acumularam, no período de setembro de 2005 ao mesmo mês de 2014, perdas que chegam a 64,55% de um salário.

Sinamge e Sindclor

O Sinamge (medicina de grupo) e Sindclor (Hospitais, clínicas e laboratórios de análises – Osasco) voltaram atrás de suas propostas iniciais de pagar o INPC do período, 9,62%. A categoria já havia aprovado o índice em assembleia autorizando a diretoria do Simesp a firmar Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), porém as entidades patronais mudaram de ideia: querem pagar apenas 8%, sendo que o Sindclor ainda quer parcelar – 4% em setembro e 4% em janeiro. Em meio ao impasse, estão agendadas reuniões com os dois sindicatos patronais no início de outubro.

Troca de gestão provoca sobrecarga de trabalho

Médicos da Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) São João e dos Pronto-Atendimentos Maria Dirce e Paraíso da cidade de Guarulhos denunciavam precarização e sobrecarga intensa de trabalho desde que a organização social (OS) Fundação ABC assumiu a gestão das unidades no lugar da Santa Casa.

Em assembleia realizada na regional Guarulhos do Simesp, os profissionais afirmaram que a Fundação ABC está reduzindo o número de médicos nos plantões, o que pode causar desassistência. Além disso, afirmaram que estão sendo vítimas de assédio moral. “Ale-

gando necessidade de redução de médicos nos plantões, a OS orientou que as próprias equipes escolhessem entre si quem deveria sair. Recomendações absurdas como essa são passadas de forma verbal, sem documentação por escrito”, informa o presidente do Simesp, Eder Gatti, que conduziu a assembleia juntamente com Cristovão Canedo Gomes, presidente da regional.

De acordo com Gatti, a OS comete fraude trabalhista ao substituir profissionais regularmente contratados por pessoa jurídica – no caso de coberturas de buracos na escala, de férias ou de licença.

São Roque

Assistência à saúde em risco

A Santa Casa de São Roque continua perdendo médicos e permanece sem pagar os que já saíram. Alegando não ter dinheiro para quitar as dívidas trabalhistas e com o corpo clínico desfalcado, a instituição está deixando a população desassistida.

O presidente do Simesp,

Eder Gatti, explica que a situação é calamitosa. “A prefeitura age de forma irresponsável, fazendo mau uso do dinheiro público”, alerta.

Em setembro do ano passado, o Simesp já havia denunciado problemas como atraso nos salários e corte de pessoal na instituição.

Simesp vai intermediar negociações com Ebserh



> Médicos querem adequar regras à realidade do trabalho

Médicos do Hospital-Escola “Prof. Dr. Horácio Carlos Panepucci” da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no interior do estado, solicitaram que o Simesp os represente em negociação com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), gestora da unidade. Uma assembleia estava agendada para 27 de setembro, com intermediação do Simesp para tratar do assunto.

Em agosto, o presidente do Sindicato, Eder Gatti, participou de reunião com os médicos. Na ocasião, eles expuseram que a convenção coletiva de traba-

lho que a Ebserh segue não foi discutida com eles. Nela há regras que dificultam a organização das escalas.

“Há cláusulas que os desagradam, como a que determina intervalo mínimo de 36 horas após plantão de 12 horas. Os médicos querem adequar as regras à sua realidade de trabalho”, diz Gatti.

Ainda segundo Gatti, não há nenhuma entidade sindical médica signatária de acordo coletivo de trabalho com a Ebserh. Por essa razão, solicitaram a mediação do Sindicato para trazer mais legitimidade às negociações.

SIMESP
PRESENTE NOS
NOVOS DESAFIOS
DA MEDICINA

LANÇAMENTO DO LIVRO
**O QUE OS MÉDICOS
PRECISAM SABER
SOBRE SEUS DIREITOS**
EM COMEMORAÇÃO
AO DIA DO MÉDICO

SOLICITE SEU EXEMPLAR
SINESP.COM.BR/PUBLICACOES

1
O que os **médicos**
precisam saber
sobre **seus direitos**

participação: Sindicato dos Médicos de São Paulo

18 DE OUTUBRO DE 2016

SIMESP
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

simesp.org.br /simespmedicos

Frente em Defesa do SUS denuncia desmonte da saúde pública

Há muitas ações em curso para atacar o Sistema Único de Saúde, como a PEC 241, que congela os gastos públicos por 20 anos



> Representantes da Frente realizam Ato Público na Assembleia Legislativa

Lançada no dia 19 de agosto, a Frente em Defesa do SUS reúne entidades dos diversos setores – sindicais, entre elas o Simesp, movimentos populares, associações e fóruns – e tem como princípio atuar contra o desmantelamento que o Sistema Único de Saúde vem sofrendo, especialmente agora quando o direito democrático à saúde pública está sendo ameaçado.

A Frente tem participado de diversas atividades para denunciar as ações de desmonte do Sistema Único de Saúde. No Dia da Campanha Nacional de Multivacinação (24) houve panfletagem e esclarecimentos junto à população. Já em 20 de setembro, representantes da Frente participaram de ato público na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), eles também engrossaram a 22ª edição do Grito dos Excluídos (7).

Para o secretário de Relações do Trabalho do Simesp, José Erivalder Guimarães de Oliveira, é preciso unir forças

para atuar contra as tentativas de estrangulamento do sistema. “O SUS é uma conquista dos brasileiros. Mesmo com todos os problemas, ele é uma referência mundial, precisa ser defendido”, enfatiza.

Entre os principais pontos de sua Carta de Princípios estão a busca pelo crescimento econômico a partir da garantia dos direitos sociais expressos na Constituição Brasileira; impedir o avanço da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que congela por 20 anos os gastos públicos com saúde e educação; bloquear o avanço das políticas de terceirização e flexibilização, combatendo propostas como o Projeto de Lei 257/2016 que visa refinar a dívida pública de estados e municípios com a contrapartida de congelamento salarial, corte de até 30% em benefícios pagos, restrição a novas contratações etc.; participação e controle social como métodos de governo.

Ministério Público busca saída para crise do Hospital Universitário

Se o reitor da Universidade de São Paulo (USP), Marco Antonio Zago, colocar obstáculos à recuperação do Hospital Universitário da USP (HU-USP), ele será processado pelo Ministério Público Estadual por meio de uma ação civil pública. Esse foi um dos encaminhamentos da reunião encabeçada no dia 13 de setembro pelo promotor Arthur Pinto Filho, da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos na área de Saúde Pública.

O Ministério Público ainda encaminhará recomendação para que os funcionários do HU-USP sejam excluídos

do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e solicitará audiência com o governador Geraldo Alckmin para cobrar sua responsabilidade no custeio do Hospital, já que o HU é um equipamento de saúde ligado ao governo paulista.

O promotor Arthur Pinto Filho vem realizando uma série de reuniões setorizadas, desde julho deste ano, para tentar encontrar saídas para a crise vivida, sobretudo a partir de 2014, pelo Hospital Universitário da USP. O Simesp tem participado ativamente desse processo de discussão e recuperação do HU.

Reconhecimento

Cid Carvalhaes é homenageado pela Sociedade Brasileira de Neurocirurgia



> “Estou honrado”, diz ex-presidente do Simesp (segundo da dir. p/esq.)

No dia 8 de setembro, durante o XXXI Congresso Brasileiro de Neurocirurgia, em Brasília, 25 médicos foram homenageados com o título de sócio emérito da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia. Entre eles Cid Carvalhaes, ex-presidente do Simesp.

“Fiquei muito honrado, feliz da vida. É uma deferência que se faz aos sócios que tiveram ações destacadas em

congressos”, explica. O neurocirurgião foi presidente do Sindicato nas gestões de 2005 a 2014.

Nascido em 11 de janeiro de 1946, na cidade de Araçuaí, em Minas Gerais, Carvalhaes se formou pela Universidade Federal de Minas Gerais. O neurocirurgião também é titular da cadeira de número 85 da Academia de Medicina de São Paulo.

Política do afeto

Bruno Takase Watanabe lembra como a solidariedade de outros profissionais foi um dos motores na mobilização de médicos que lutam pela saúde do Butantã

Leonardo Gomes Nogueira

Não se tem notícia da demissão de médicos desde o começo do processo de troca, no final de 2015, da organização social (OS) que hoje gere os equipamentos de saúde da Prefeitura no Butantã, zona oeste de São Paulo.

Deve ser por isso, talvez, que a atual gestora, a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), teve dificuldades em entender o porquê da mobilização de médicos na área. Bruno Takase Watanabe, especialista em medicina de família e comunidade, a resume, inicialmente, assim: “desgosto” e “solidariedade”.

Desgosto pela maneira “brusca” e “violenta” como a SPDM, em suas palavras, começou a mudar rotinas de trabalho criadas ao longo de anos (Bruno, por exemplo, trabalha na região desde 2011).

E solidariedade quando profissionais como enfermeiros começaram a ser demitidos. Além dos vínculos afetivos com esses trabalhadores, o desmantelamento dessas equipes multidisciplinares resultou em um impacto (negativo) no atendimento à população.

“Impactava, direta e indiretamente em nosso trabalho.



> “Desmantelamento das equipes teve impacto negativo no atendimento”

Teve um baita impacto”, lamenta. “A gente sempre pensa em melhorar processos de trabalho que facilitem o acesso dos pacientes”, diz.

Diante dos problemas apontados por Watanabe e outros profissionais, o Simesp sugeriu a criação de uma Mesa de Negociação Permanente para discutir os problemas envolvendo a troca de gestão.

Após cinco encontros, a SPDM concordou com todas as reivindicações dos médicos que tratavam, entre outros, de processos de trabalho ligados à Estratégia Saúde da Família.

“Essa conversa com o Sindicato foi de fundamental importância para várias conquistas”, avalia o médico, que hoje é delegado sindical do Simesp na área.

Jurídico Responde

Responsabilidade Civil Médica

É necessário que o paciente seja informado sobre todos os riscos e diagnósticos e ainda assine o termo de consentimento. A explicação, a seguir, é do advogado Casemiro Narbutis Filho

Qual é a responsabilidade civil dos médicos?

Ela é contratual e subjetiva. De acordo com o artigo 186 do Código Civil: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

Segundo o artigo 32, do Código Ética Médica: “É vedado ao médico deixar de utilizar todos os meios disponíveis de diagnóstico e tratamento, cientifi-

camente reconhecidos e a seu alcance, em favor do paciente”.

Já o artigo 14, parágrafo 4º, do Código de Defesa do Consumidor, esclarece que a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa, o que afasta a presunção da mesma.

Portanto, o médico só poderá ser responsabilizado se agir de forma negligente (deixar de atuar ou atuar com negligência), imprudente (quando age de forma precipitada ou sem a



Célio Luigi

cautela devida) ou imperita (incapacidade técnica para o exercício da profissão).

Quais são os elementos da responsabilidade civil subjetiva?

São quatro. Ato médico (todo ato praticado pelo profissional); Nexo de causalidade (vínculo entre o ato médico e o resultado); Dano (lesão ao patrimônio do paciente) e a Culpa (negligência, imprudência e imperícia).

E quais são os direitos do paciente em relação às informações sobre riscos?

É necessário que o paciente seja informado sobre todos os riscos e diagnósticos do tratamento e ainda assine o termo de consentimento informado.

Leia em nosso portal a íntegra do artigo de Casemiro Narbutis Filho goo.gl/mcykWx

> O que você gostaria de ler na próxima edição? Mande suas sugestões: imprensa@simesp.org.br <

PEC 241: “Vai piorar a qualidade de vida”

Para o economista Francisco Funcia, mestre em economia política pela PUC-SP e consultor técnico do Conselho Nacional de Saúde, a PEC 241, que congela, entre outras, despesas com saúde e educação por 20 anos, “representa uma brutal transferência de renda do conjunto da população para os credores da dívida pública”. Ele reconhece que há um problema fiscal e dá ideias de como enfrentá-lo sem penalizar os brasileiros que não vivem à base de juros.

Leonardo Gomes Nogueira

O SUS, que já sofre de um subfinanciamento crônico, está sob ameaça com as medidas anunciadas pelo atual governo?

Nós estamos, infelizmente, assistindo propostas que tendem a desestruturar o Sistema Único de Saúde. Como, por exemplo, a proposta de plano popular de saúde, que está sendo estudada por um grupo dentro do Ministério da Saúde. Na questão do subfinanciamento o que é concreto, o que se coloca como algo grave? É uma Proposta de Emenda Constitucional, que é a PEC 241.

O que é a PEC 241?

Ela tem o objetivo de congelar despesas, estabelecer um teto de despesas primárias por 20 anos. O objetivo é fazer superávit primário para o pagamento da dívida pública. Já ficou evidente que não tem teto para pagamento de despesa financeira e juros. Vai ter teto para despesas primárias. E o que são despesas primárias? São aquelas que o governo faz na área da saúde, educação, da habitação, da previdência social, da assistência

social, na área da mobilidade urbana...

Ou seja: gastos com juros não entram nessa conta?

Não entram. Porque essas são despesas financeiras, não são despesas primárias. E o que vai estar congelado são as despesas primárias. Esse é o primeiro tratamento que eu vou chamar de discriminatório. Você congela despesas que atendem 206 milhões de brasileiros, atualizando os dados do IBGE, para garantir o pagamento de juros de alguns poucos milhares de credores da dívida.

Agora, não é verdade que o objetivo seja congelar a despesa primária. A despesa per capita, por habitante, vai cair. Porque a população vai crescer nos próximos 20 anos. Então, na verdade, é uma redução de despesa. Não um congelamento. Você está congelando o total, portanto, a despesa per capita vai cair.

Então é mais do que um congelamento...

O que vai ter é uma queda da despesa per capita em todas essas áreas que eu mencionei. Na verdade, a PEC 241 representa uma brutal transferência de



renda do conjunto da população para os credores da dívida pública. A despesa financeira não vai ter congelamento. A receita vai crescer nos próximos anos, a economia vai voltar a crescer nos próximos 20 anos, mas como eu congelei a despesa desse jeito, nenhum acréscimo de receita será proporcionalmente alocado pra atender necessidades da população. Porque todo o crescimento que tiver de receita vai para pagar juros. É isso o que a PEC está pretendendo.

A tendência então é piorar?

As despesas com saúde, diferentemente do que diz a área econômica do governo, estão congeladas há muito tempo. Elas representam 1,65% do Produto Interno Bruto (PIB), para ser mais preciso, elas têm variado, nos últimos 15 anos, entre 1,6 e 1,7 do PIB. A PEC 241 não vai resolver o problema da crise fiscal brasileira. Ela vai piorar a qualidade de vida da população.

Outra coisa que me incomoda nesse debate é que quando a gente diz que está contra a PEC 241, tem muita gente mais alinhada com governo e, infelizmente, alguns companheiros

seus da grande mídia, que tendem a dizer o seguinte: ‘então você está a favor da farra fiscal’. Não. A gente entende que é necessário sim um ajuste fiscal. Mas tem formas de fazer esse ajuste. O ajuste fiscal, por exemplo, deveria levar em conta, antes de pensar em reduzir direitos da população, que nós temos quase 300 bilhões de reais, por ano, de renúncia fiscal. Recursos, tributos dos quais o governo abre mão de receber. O governo está falando de um déficit de 163 bilhões e você tem 300 bilhões de renúncia. Alguém já parou pra analisar se não tem algumas dessas renúncias que poderiam ser revistas e, portanto, melhorar a arrecadação? Essa é uma primeira coisa. A segunda: nós temos uma carga tributária absolutamente injusta no Brasil. Então porque a gente não muda a estrutura tributária existente fazendo com que os que estão no topo da pirâmide social - e que hoje pagam menos impostos, proporcionalmente, do que os que estão na base - possam pagar, efetivamente, mais tributos?

Beleza e cultura na Praça das Artes

Conheça o espaço, inaugurado em 2012, que hoje abriga grupos de música e dança da cidade e promove exposições variadas, inclusive com visitas monitoradas

Leonardo Gomes Nogueira

Uma praça em forma de “T”. É com essa geometria curiosa que nasce, em 2012, a Praça das Artes ligando a Rua Conselheiro Crispiniano à Avenida São João e o Vale do Anhangabaú.

O lugar, que não tem a cara de uma praça tradicional, segue a lógica de uma praça ao ser um espaço de passagem e também convidativo aos transeuntes do centro de São Paulo.

A Praça das Artes, que ocupa uma área de 29 mil metros quadrados, é hoje a sede da Escola de Dança, da Escola Municipal de Música e também abriga grupos artísticos ligados à Fundação Theatro Municipal de São Paulo (que fica a 300 metros dali, a cerca de quatro minutos de caminhada).

O local também acolhe exposições variadas. Em 2015, por exemplo, recebeu “O Mundo Segundo Mafalda”, em homenagem a mais célebre personagem criada pelo cartunista argentino Quino: a menina crítica e cativante chamada Mafalda. Mas para conhecer a programação, recomenda-se, antes de sair de casa, consultar o site do Theatro Municipal.

Projeto

A Escola de Dança, que durante 70 anos teve como sede um espaço embaixo do Viaduto do Chá, mudou-se para a Praça das Artes em 2013 e agora ocupa três andares do lugar. A Escola de Música, antes na Rua Vergueiro, ocupa dois andares. A Praça das



Sylvia Masini

> No ano passado, local recebeu a exposição “O Mundo Segundo Mafalda”

Artes ainda abriga a Orquestra Experimental de Repertório e o Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo.

O projeto da Praça das Artes é uma parceria entre o arquiteto Marcos Cartum, do Núcleo de Projetos de Equipamentos Culturais da Secretaria da Cultura, e o escritório Brasil Arquitetura, de Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz. O edifício, que tem um aspecto monólito, recebeu, entre 2012 e 2014, diversos prêmios pela sua ousada arquitetura.

A Praça das Artes fica na Avenida São João, 281, entre as estações do metrô Anhangabaú e São Bento. O local também possui um acesso pela Rua Conselheiro Crispiniano, 354. Funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h.

Há visitas guiadas para o público espontâneo. Elas acontecem de terça a sexta-feira (às 11h, 15h e 17h) e também aos sábados e feriados (às 11h, 12h, 14h e 15h). Inscrições no local, a partir das 10h, por ordem de chegada. A lotação para cada horário é de 50 pessoas (indicação etária: 10 anos).

Já as visitas em grupos devem ser agendadas previamente e são realizadas de terça a quinta-feira (às 10h e 13h30). Sexta-feira somente às 10h e sábado às 13h. Informações pelos telefones (11) 3053-2092 e 3053-2093.

Caso vá de carro, o acesso é pela Rua Conselheiro Crispiniano, 354. O estacionamento possui 180 vagas (oito reservadas para idosos e seis para portadores de necessidades especiais).



Mais cultura

Sé

A cerca de um quilômetro da Praça das Artes, encontra-se o marco zero da capital paulista: a Praça da Sé. Além da famosa Catedral, o seu entorno abriga edifícios históricos como o Pátio do Collegio (local do nascimento da cidade) e o Solar da Marquesa de Santos (raro exemplar da arquitetura do século 18, que hoje abriga o Museu da Cidade de São Paulo).

República

Na mesma região encontra-se a Praça da República. Aos domingos, a praça, que no século 19 abrigou rodeios e touradas, recebe, desde 1950, a tradicional feira de artesanato. São centenas de barracas de comidas, bijuterias, moedas e cédulas para colecionadores e trabalhos artesanais de diversos estados e até mesmo de fora do país. Ali também fica o edifício Caetano de Campos, de 1894, que hoje abriga a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

José Gaspar

Atrás da Biblioteca Mário de Andrade, a cerca de quinhentos metros da República, fica a arborizada Praça Dom José Gaspar, famosa pelos seus bares e árvores frondosas. Ali fica, por exemplo, o histórico Paribar (nome que nasceu, em 1949, da junção das primeiras sílabas de “Pastifício, Restaurante e Bar”). Na mesma praça, um espaço comercial com corredores iluminados pela luz natural de aberturas centrais e varandas se integra à paisagem. É a Galeria Metrôpole, bastante visitada, sobretudo, aos finais de semana.